

Novas regras do FPE seguem para análise dos deputados

Senado concluiu exame do texto que mantém valores atuais até 2015 e prevê norma de transição

O Plenário confirmou aprovação do substitutivo do senador Walter Pinheiro com novas regras para o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ontem, foram analisadas emendas, o que gerou um longo debate. Agora o texto vai à Câmara dos Deputados. **3**



Senadores votam uma das 18 emendas analisadas ontem sobre o texto de Walter Pinheiro (E), para quem as mudanças levam em conta a realidade de cada estado

Hidrelétrica sem grande represa tem riscos, diz secretário 4

Senado quer certificação de qualidade para hospitais

Segue para a Câmara projeto que torna obrigatórias avaliações periódicas em unidades de saúde públicas e privadas. **5**

Congresso pode questionar decisão do TSE

Atendendo pedido do estado do Amazonas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) alterou a distribuição das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, modificando a representação de 13 estados. Os

presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, anunciaram que o Congresso poderá recorrer da medida. A competência do TSE para fazer a mudança está sendo questionada. **2**



Presidente do TSE, Cármen Lúcia, e ministro Dias Toffoli receberam ontem Renan Calheiros e líderes políticos para inaugurar diálogo sobre eleições 2014

Comissão aprova nome para Conselho Nacional do MP 7

Especialistas apoiam proposta de inspeção de edifícios

Na Comissão de Desenvolvimento Regional, especialistas defenderam texto que torna obrigatória fiscalização periódica de prédios. **8**

Vai para a Câmara projeto que permite desaposentação

O Senado aprovou o projeto que cria a desaposentação (ou desaposentadoria). O mecanismo permite ao aposentado voltar ao trabalho e renunciar provisoriamente à aposentadoria para passar a recebê-la mais adiante, recalculada, incluindo o valor dos anos extras de atividade. **6**



Waldemir Moka preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais em que os senadores aprovaram o projeto de lei que prevê a chamada desaposentação



Alves (E) e Calheiros (D) em entrevista após encontro com a presidente do TSE, Cármen Lúcia, e o ministro Dias Toffoli

Movimento tem sugestão para simplificar sistema tributário

Propostas para modernizar e simplificar o sistema tributário foram apresentadas pelo economista Paulo Rabello de Castro, coordenador-geral do Movimento Brasil Eficiente, ao presidente do Senado, Renan Calheiros.



tempo de tramitação das matérias. — A ideia é viabilizar a aprovação de matérias legislativas que ajudem na superação de gargalos na produção de vários setores produtivos

Uma das medidas sugeridas é a criação do Conselho de Gestão Fiscal, conforme prevê o artigo 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Renan afirmou que uma das prioridades dele é a diminuição da burocracia estatal e a aprovação de projetos que favoreçam o ambiente econômico, social e empresarial. O senador destacou que uma das ideias em debate no Congresso é votar temas de interesse do país simultaneamente nas duas Casas legislativas, encurtando

e a regulamentação de vários dispositivos constitucionais. O Congresso vai fazer sua parte para garantir o crescimento do país — disse.

Paulo Bauer (PSDB-SC), que acompanhou a reunião, disse que a burocracia e a falta de transparência são desafios que precisam ser enfrentados. Ele reconheceu que a ideia de uma reforma tributária esbarra em uma série de dificuldades, mas afirmou que as propostas do movimento ajudarão a simplificar o atual modelo.

Congresso poderá recorrer de alteração feita pelo TSE

Novo cálculo de deputados por estado substituiu os dados do Censo de 1998 pelos de 2010. Há dúvidas sobre prerrogativa do TSE para decidir a mudança

| O que mudou | |
|-------------|-------------------------------|
| -1 vaga | AL • ES • PE • PR • RJ • RS • |
| -2 vagas | PB • PI • |
| +1 vagas | AM • SC • |
| +2 vagas | CE • MG • |
| +4 vagas | PA • |

OS PRESIDENTES DO Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, não descartam recorrer da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que alterou a quantidade de deputados federais de 13 estados para as eleições de 2014.

— Nós vamos analisar essa decisão e saber se há como contestá-la judicialmente, se é o caso, se o Tribunal Superior Eleitoral poderia fazer essa alteração. É um problema complexo que mexe com a correlação de forças, com a representação de cada estado e é muito bom que façamos uma

análise profunda para, ao final, saber o que fazer — afirmou o presidente do Senado.

O presidente da Câmara disse ter recebido a notícia com surpresa e que o assunto será analisado com muita cautela.

A decisão do TSE foi motivada por pedido do estado do Amazonas. Se for mantida para 2014, será necessária também a adequação na composição das assembleias legislativas e da Câmara Legislativa do DF.

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o Piauí perderá dois deputados federais e seis deputados estaduais. Segundo o

senador, as procuradorias dos estados e alguns partidos já se mobilizam para apresentar recurso ao TSE e ao Supremo Tribunal Federal (STF). A intenção dos estados que se consideram prejudicados é fazer com que as regras não valham para as eleições do ano que vem.

Durante a sessão do TSE que redefiniu o número de deputados, também surgiram questionamentos sobre a validade da decisão do tribunal. No entendimento de ministros como Marco Aurélio, o número de deputados federais deve ser definido pelo Congresso Nacional, com base em lei complementar.

O novo cálculo foi feito com base nos dados do Censo de 2010. Atualmente, a divisão das 513 cadeiras da Câmara tem por base o Censo de 1998.

Tribunal quer diálogo sobre eleições de 2014

Reunião realizada ontem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou o início dos preparativos para as eleições de 2014. Além da presidente do tribunal, ministra Cármen Lúcia, estiveram presentes os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e representantes de 25 partidos.

Também participou do

encontro o ministro Dias Toffoli, que atuará como relator das resoluções e será o presidente do TSE no próximo ano. De acordo com Cármen Lúcia, a reunião serviu para “deflagrar o processo de elaboração das resoluções”.

— Convidamos os protagonistas da democracia representativa para iniciar o diálogo e para ouvir as demandas e

preocupações — assinalou.

Renan Calheiros elogiou o ineditismo da iniciativa e afirmou que o diálogo contribuiu para que o pleito seja “o mais democrático possível”.

— Ficamos felizes com a iniciativa da presidente. Isso é muito importante, ajuda a evitar fricção antes da regulamentação das eleições pelo TSE — afirmou Renan.

Anibal vê chances de Dilma ser reeleita em 2014

Se depender da aprovação do governo da presidente Dilma Rousseff, apontada em pesquisas do Datafolha divulgadas nos últimos meses, é grande a possibilidade de reeleição da presidente em 2014. A afirmação foi feita por Anibal Diniz (PT-AC).

O senador citou análise feita pelo sociólogo Alberto Carlos de Almeida, para quem a avaliação positiva do governo costuma se converter efetivamente em votos quando o presidente tenta se reeleger. Ele dá como exemplo a reeleição dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Em ambos os casos, os governos recebiam avaliação de ótimo ou bom da maioria da população.

Estatuto da Juventude deve ser votado na terça-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou que o projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/2011) seja votado na terça-feira. Ele foi informado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Paulo Paim (PT-RS), que foram relatores da proposta, de que há acordo para votação.

— Fico feliz com as informações trazidas pelo senador Randolfe e pelo senador Paulo Paim com relação a avanços para que nós tenhamos um acordo de mérito e de procedimento também, porque, depois de aprovado no Senado, [o projeto] vai tramitar na Câmara dos Deputados.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), também informou a existência do acordo para votação da matéria.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO 27 integrantes na CCJ

14h A pauta de votações do Plenário, cuja sessão é deliberativa, tem como um dos itens projeto que aumenta para 27 o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça.

CRA Descarte de medicamentos

8h30 Projeto que disciplina o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

SISTEMA DE SAÚDE Audiência pública sobre financiamento

9h A secretária-executiva do Ministério da Saúde, Márcia Amaral; a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza; e o conselheiro nacional de Saúde Ronald Ferreira participam de audiência pública na comissão temporária para debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde.

CRE Três embaixadores

9h30 A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota indicações para embaixadas no Azerbaijão, na Colômbia e na Grécia.

REGULAMENTAÇÃO DE LEIS Direitos das domésticas

10h Reunião da comissão mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição para apresentação da proposta de regulamentação da EC 72/2013, que concedeu às empregadas domésticas os mesmos direitos já assegurados aos demais trabalhadores.

EDUCAÇÃO Lançamento de livro

18h30 Lançamento do livro *Educação é a Solução — é possível*, do senador Cristovam Buarque, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h30**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, **reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária** e, às **10h**, **reunião da Comissão Mista de Consolidação das Leis**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Plenário confirmou substitutivo aprovado na terça-feira. Na votação dos destaques, 16 emendas foram consideradas prejudicadas e as 2 apreciadas foram rejeitadas

Senado aprova regras de partilha do FPE

O PLENÁRIO DO Senado confirmou ontem, em turno suplementar, a aprovação do substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) que trata da partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Foram rejeitadas duas emendas apresentadas à matéria, que segue para exame da Câmara dos Deputados.

O texto do senador mantém os coeficientes atuais de distribuição dos recursos até 2015. Em 2016 e 2017, seria garantido um piso, correspondente aos valores recebidos pelos estados em 2015, corrigidos pela variação do IPCA e 50% da variação real do produto interno bruto (PIB). O excedente seria distribuído de acordo com a população e a renda domiciliar per capita.

De início, Walter Pinheiro apresentou voto contrário a todas as 18 emendas apresentadas. Só duas receberam destaque para apreciação em separado.

A primeira emenda foi a de José Agripino (DEM-RN), que substituiu o critério da renda per capita pelo PIB per capita do estado. A justificativa do senador para a troca foi que a renda apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) tem imprecisões, enquanto o PIB seria uma referência mais confiável.

Eunício Oliveira (PMDB-CE)



Pinheiro (de pé) agradeceu a confiança dos colegas e disse que acompanhará a tramitação do substitutivo na Câmara

foi contrário à emenda sob o argumento de que a mudança prejudicaria a Região Nordeste. Ao considerar o PIB na partilha dos recursos, o Nordeste, que enfrenta a maior seca dos últimos 30 anos, afetando significativamente a produção e a economia, sairia perdendo na divisão, argumentou.

Também foi rejeitada a chamada Emenda do Amapá, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). As alterações, segundo ele, poderiam reduzir distorções nas variáveis e garantir a diferenciação de estados com população reduzida e menor desenvolvimento econômico. A emenda contou com apoio de senadores do Norte, Centro-Oeste e Sul, mas foi duramente criticada

por senadores do Nordeste. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que a proposta tirava recursos do Nordeste, onde estão os estados mais pobres do país, para aumentar a participação no FPE dos estados mais ricos, do Sul e do Sudeste.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) acrescentou que aprovar uma emenda como esta seria inaceitável, pois perderiam recursos as regiões mais pobres. Cícero Lucena (PSDB-PB) reforçou que a emenda somente aumentaria a desigualdade entre estados.

Questões federativas

José Sarney (PMDB-AP) defendeu a aprovação de emenda dele para manter os critérios atuais até 2015.

A distribuição a partir de 2016 seria estabelecida por meio de uma nova lei complementar.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), a discussão travada pelos senadores em torno dos critérios do FPE deveria dar lugar ao debate de outros problemas mais importantes para o Brasil, como a "primarização da economia".

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou a responsabilidade da União e do governo federal que, segundo a avaliação dele, deveria estar capitaneando uma verdadeira e ampla reforma federativa.

Jayme Campos (DEM-MT) disse que a questão da distribuição do FPE não poderia ter chegado aonde chegou, numa situação em que só a

participação da Bahia é maior do que todos os estados da Região Centro-Oeste somados. Blairo Maggi (PR-MT) lamentou que, na mudança, seu estado esteja perdendo recursos.

Aécio Neves (PSDB-MG) criticou a ausência do Poder Executivo na articulação entre os estados. Para o senador, as unidades da Federação disputam migalhas enquanto a União, que recebe a maior parte do bolo da arrecadação, omite-se.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) considerou correto o critério utilizado pelo relator. Ele informou que, dos 42 milhões de paulistas, 4,2 milhões são pobres, número maior que a população de 14 estados.

Jorge Viana (PT-AC) não concordou com os critérios de distribuição atuais. Segundo ele, um terço dos repasses do FPE vai para apenas quatro estados.

Pedro Simon (PMDB-RS) protestou contra o "desprezo do governo federal" em relação ao tema do dia.

Para Delcídio do Amaral (PT-MS), o texto principal do substitutivo aprovado é contrário ao entendimento do Supremo. Ele não ficaria surpreso se o projeto aprovado for questionado no STF, resultando na judicialização de matérias aprovadas pelo Legislativo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela apoia emenda de Randolfe

Ângela Portela (PT-RR) fez discurso defendendo a aprovação de emenda de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao substitutivo que muda os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A emenda buscava incluir um piso populacional e ajustar o fator relacionado à renda domiciliar per capita. Não foi aprovada em Plenário.

— Roraima é um estado dos mais pobres da Federação e o orçamento depende em 70% dos repasses do FPE — disse a senadora.

Em apartes, Sodré Santoro (PTB-RR) e Ana Amélia (PP-RS) também declararam apoio à emenda de Randolfe.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam quer aliar consumo à poupança

O governo está errando na política de incentivar o consumo com a renúncia ou a desoneração de impostos que impactam de maneira negativa a receita de estados e municípios, disse Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador avalia que o maior desafio é combinar consumo e poupança.

Cristovam citou estudo do IBGE que aponta inflação de 8,11% em Fortaleza. Atrás de Belém, a capital cearense é a segunda cidade onde os preços mais subiram no país. Embora aguardasse uma inflação em torno de 6,5% para o segundo trimestre, ele considerou que a má notícia chegou antes do previsto.

Tomate não é o vilão, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) discursou ontem sobre o crescimento da inflação. O IPCA acumula alta de 6,59% nos últimos 12 meses, sendo 1,94% de janeiro a março.

— O governo tentou controlar a inflação, mas não conseguiu.

A senadora argumentou que o tomate, que teve aumento de 122,13% em 12 meses, não é o vilão da inflação.

— Os alimentos não são os vilões. Projetos de infraestrutura que não saíram do papel, dificuldades de gestão do poder público e investimentos do setor privado que não foram feitos têm mais relação com a inflação do que o coitado do tomate — disse a senadora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cyro: governo é responsável pela inflação

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou duramente o governo pelo aumento do índice oficial da inflação, que atingiu 6,59% nos últimos 12 meses.

O senador denunciou a submissão do Banco Central à presidente Dilma Rousseff na condução da política monetária como um fator de risco. Como remédio, disse que o governo voltará a subir a taxa de juros para frear o consumo e a inflação. Previu que a taxa Selic deve subir dos atuais 7,25% ao ano para 8% até o final de 2013. O caminho, na opinião dele, é equivocado.

— Isso torna o milagre dos 3% de crescimento em 2013 uma meta distante — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Inácio Arruda teme incentivo a alta dos juros

“Está em curso uma verdadeira campanha na mídia que questiona a independência do Banco Central, com objetivo de aumentar os juros”, afirmou Inácio Arruda (PCdoB-CE). Segundo o senador, “independência é não se submeter a uma campanha atroz”.

— Todo dia, dezenas de consultores das agências bancárias, rentistas que vivem da ganância, clamam por juros e juros. Isso significa um aumento de bilhões de reais na dívida interna, que será pago pelo povo. Os juros escamoteiam esta verdade — disse.

Contra a inflação, Inácio conclamou empresários e agricultores a investir na produção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lobão Filho preside Comissão de Orçamento

Depois de vários adiamentos, Lobão Filho (PMDB-MA) foi anunciado como novo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Defensores da candidatura de Acir Gurgacz (PDT-RO) alegavam que havia um acordo que lhe garantiria o cargo.

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), assinalou que os critérios regimentais davam ao PMDB, partido majoritário no Senado, o direito de escolher quem ocupará o cargo neste ano. O PDT argumentava que acordo feito com Renan Calheiros, quando ele ainda era líder do PMDB, permitia a Acir Gurgacz presidir a comissão.



Collor (C) preside o debate, que contou com os especialistas Altino Ventura Filho e Paulo Kev

Hidrelétricas são boa opção, diz representante do governo

Secretário do Ministério de Minas e Energia alerta para desvantagens de usinas menores, que não afetam o fluxo dos rios, mas que dependem das condições oferecidas pela natureza, sem controle

EM DEBATE SOBRE energia e desenvolvimento, realizado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI), o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, disse que a sociedade precisa estar consciente sobre os riscos de não construir usinas hidrelétricas com base em grandes represas. A outra opção são usinas a fio d'água, com lagos menos extensos e que não afetam o fluxo regular dos rios. Ele advertiu, porém, que a segunda opção apresenta desvantagens.

— Usinas a fio d'água operam de acordo com o que a natureza proporciona — disse.

Ventura citou o menor aproveitamento do potencial

elétrico das usinas de fio d'água, além da impossibilidade de usar as águas represadas para regular a navegabilidade em época de estiagem ou para evitar as cheias que costumam afetar populações próximas.

Críticas de senadores

Alguns senadores, como Flexa Ribeiro (PSDB-PA), criticaram a opção do governo de construir preferencialmente a fio d'água. Depois de relatar recente visita à Usina de Belo Monte, ele cobrou a ampliação do reservatório em 500 metros quadrados. Com isso, disse, será possível aumentar a produção em mil megawatts.

Valdir Raupp (PMDB-RO), que também foi a Belo Monte, denunciou o desperdício da

madeira de árvores. Segundo ele, são 99 toneladas que estão se perdendo debaixo da água ou que, já cortadas, correm risco de apodrecer sob a chuva.

— O Ibama não dá autorização para a utilização da madeira, que poderia gerar emprego e renda para aquela população — reclamou Raupp.

Enquanto Ventura defendeu a geração de energia hidrelétrica, Paulo Kev, especialista em sistemas alternativos, propôs uma mudança radical: um sistema de “geração universal” por meio da geração fotovoltaica (solar) e eólica, que envolveria a disseminação de microgeradores — no caso da energia solar, envolvendo até mesmo a captação em painéis nas residências.

Cientista aponta insuficiência na energia solar

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), destacou artigo do cientista Rogério de Cerqueira Leite que situa a produção de energia elétrica a partir de fonte hídrica como mais competitiva que a fotovoltaica. Segundo o texto, a segunda opção somente seria viável para aplicações específicas e de pequeno alcance.

A nascente indústria de equipamentos de energia solar, escreveu o cientista, ganhou fôlego devido aos

estímulos do governo da China, que pretendia dominar o mercado e praticava dumping. Mas boa parte das empresas naquele país acabou falindo.

Sobre a produção eólica, senadores criticaram o descompasso entre a implantação dos parques produtivos e a construção de linhas para que a energia seja aproveitada, integrada ao sistema nacional. O caso mais destacado foi o de um parque de energia eólica na Bahia, o maior já

implantado no país. Por falta da linha, não há produção, mas o governo cumpre o contrato de fornecimento com pagamento regular aos produtores.

Ao apoiar a produção hidrelétrica, Ventura afirmou que o Brasil tem hoje capacidade instalada para produzir 117.100 megawatts, com participação de 82.500 de fonte hidrelétrica (70%). A intenção é chegar a 197 mil megawatts até 2021, com participação de 60% de fonte hidrelétrica.

Comissão aprova novo diretor para a ANP

Também ontem, a CI aprovou o nome do engenheiro José Gutman para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Com 20 votos a favor e 1 contra, ele deve ser o primeiro integrante dos quadros de carreira a chegar ao posto. A indicação será analisada pelo Plenário

Na sabatina da CI, Gutman disse que, por determinação da presidente Dilma Rousseff, foram focalizadas potenciais áreas de produção em dez estados do Nordeste e do Norte. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou a decisão da



O engenheiro Gutman recebeu 20 votos a favor depois da sabatina

presidente, pela capacidade da indústria de gás e petróleo de estimular o desenvolvimento.

Wilder Morais (DEM-GO)

criticou a falta de planejamento na decisão da construção, pela Petrobras, de gasoduto entre São Carlos (SP) e o Triângulo Mineiro com bitola de 12 polegadas. Segundo ele, com 20 polegadas o projeto ficaria adequado para posterior extensão até Goiânia e Brasília, com ganho de economia.

Alguns senadores condenaram a gestão da estatal. Ivo Cassol (PP-RO), por exemplo, pediu a presença do ex-presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, para explicar a compra de uma empresa “quebrada” no exterior.

Senadores visitarão áreas de escoamento de produção

Senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) devem visitar em breve áreas de entorno dos portos, rodovias e ferrovias federais usados para escoamento da produção agrícola de grande escala.

Quem propôs o requerimento de diligência foi Jayme Campos (DEM-MT). O senador pretende, com isso, inspecionar in loco a situação vivida por profissionais do transporte, empresários e moradores.

— Queremos ouvi-los, colher sugestões e apresentar propostas de melhorias logísticas — explicou Jayme Campos.

O parlamentar citou como exemplo do fracasso da infraestrutura e da logística brasileiras o recente cancelamento da compra de um carregamento de 2 milhões de toneladas de soja da China, maior parceiro econômico do Brasil na atualidade.

Foi também aprovado ato da comissão, sugerido pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), que fixa dia e horário para as atividades do colegiado: as reuniões serão às quartas-feiras, a partir das 7h30.

Pelo texto, a decisão valerá até que seja alterada por posterior resolução aprovada pela Casa.

Requião: MP prejudicará os portos públicos do Brasil

“A MP dos Portos inventa um novo marco regulatório que não existe em nenhum lugar do mundo, que provocará o enfraquecimento e quebras dos portos públicos”, criticou Rober-



lo que será introduzido com a medida imporá demandas incontroláveis por construção de infraestrutura de transporte terrestre para que as cargas cheguem e saiam dos portos privados. Afirmou ainda que a MP foi lançada às pressas para impedir que o Tribunal de Contas da União (TCU) julgasse processo sobre irregularidades cometidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

to Requião (PMDB-PR). — Em vez de fazer o que todo país soberano faz, que é fortalecer o porto público e suas estratégias de desenvolvimento, a MP 595/2012 entregará essa estratégia aos armadores internacionais e seus interesses comerciais.

Para ele, o país presencia um processo de privatização que se confunde com a desnacionalização dos portos.

— O Estado tem uma

Collor: país deve enfrentar guerra fiscal não declarada

A decisão do Japão de fazer uma ampla flexibilização monetária pode prejudicar as exportações brasileiras, avalia o presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL). A medida foi anunciada na quinta-feira passada e visa acabar com a deflação que persiste no país há 15 anos. O governo japonês pretende alcançar em dois anos a meta de uma inflação de 2%.

Collor observou que a decisão do governo japonês de injetar US\$ 1,4 trilhão na economia segue outros programas de afrouxamento financeiro já implementados por Estados Unidos e União Europeia.

— País em desenvolvimento e exportador de commodities que vem experimentando fracos índices de crescimento, o Brasil se vê diretamente prejudicado pela disputa cambial. O real encontra-se visivelmente valorizado em relação às moedas de curso internacional, o dólar, o euro e agora o iene, o que vem prejudicando nossas exportações, especialmente as de produtos industrializados — afirmou Collor.

A guerra fiscal não declarada, segundo o senador, exige do governo brasileiro, entre outras medidas, maior investimento em educação e infraestrutura, além da adequação do valor do real.

Hospitais devem passar por avaliações periódicas

Segue para a Câmara dos Deputados projeto que torna obrigatória certificação de qualidade em unidades de saúde, seguindo critérios que serão determinados pela autoridade sanitária

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que obriga hospitais, públicos ou privados, a passarem por avaliações periódicas e processos de certificação da qualidade. O PLS 126/2012, de autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB), segue direto para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

Pelo projeto, a autoridade sanitária vai estabelecer metodologia, indicadores e padrões de qualidade. Também deverá determinar a periodicidade da avaliação e os critérios para a habilitação dos prestadores de serviços de avaliação e certificação da qualidade.

Além dos serviços hospitalares, a proposta sugere a possibilidade de a avaliação e a certificação da qualidade serem estendidas a outros serviços de saúde. A avaliação periódica é importante, ressaltou a relatora do projeto, Ângela Portela (PT-RR), devido ao risco de prejuízo à saúde da população.

Ao concordar com Vital



Carlu Gomes/Agência Senado

Texto quer garantir qualidade a hospitais, como o Regional da Asa Norte, em Brasília

sobre a importância da avaliação externa, Ângela ressaltou que a medida contribui para assegurar prestação de serviços hospitalares de acordo com as normas recomendadas pelos organismos internacionais, como a Organização Pan-Americana da Saúde.

— A introdução de práticas de avaliação e de busca de melhoria da qualidade da atenção em saúde se fez muito tardia e lentamente em nosso meio. Faz-se necessário estimular sua adoção por nossos

serviços, em especial frente ao crescimento da complexidade da atenção à saúde que se observa nos últimos anos — afirmou a relatora.

O texto inicial do projeto prevê a obrigatoriedade de avaliação, acreditação e certificação da qualidade de hospitais, mas emenda apresentada por Humberto Costa (PT-PE) retirou o termo “acreditação”. A relatora, ao acatar a emenda, observou que a supressão não compromete o mérito da proposta.

Atendimento completo a vítimas de violência sexual

Os municípios deverão manter pelo menos um hospital de referência para atendimento emergencial, integral e multidisciplinar a vítimas de violência sexual. O local terá tratamento médico e psicológico, atendimento profilático, facilitação do registro policial e coleta de material para identificação do agressor. Isso está em projeto (PLC 3/2013) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) que segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta torna obrigatórios diagnóstico e tratamento das lesões, profilaxia da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis e informações sobre serviços sanitários disponíveis. Determina ainda colaboração nos procedimentos policiais, como preservação de materiais coletados e exame de DNA para identificação do agressor.

— Não são raros os casos de violência sexual contra crianças, jovens e idosos do sexo masculino nem contra

transexuais, travestis e homossexuais. O projeto não faz distinção de gênero — disse a relatora da proposta e presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES).

Apoiaram o projeto Paulo Paim (PT-RS), João Capiberibe (PSB-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Davim (PV-RN). Para Davim, que é médico, a rede prevista ajudará a reduzir o sofrimento e o constrangimento das vítimas e contribuirá para melhorar o atendimento hospitalar.

Wellington defende mais recursos para a saúde

Em discurso ontem, Wellington Dias (PT-PI) registrou as atividades em Brasília, nesta semana, do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública. Mais de 2.500 pessoas estão pedindo mais investimentos em saúde e a regulamentação da Emenda Constitucional 29/2000, que determina o investimento de 10% da receita bruta da União na área (equivalente a 8% do produto interno bruto).

— Nunca podemos esquecer que temos uma saúde cujo objetivo é ser universal. Nesse sistema, acho que é possível melhorar a gestão e acredito que há um conjunto de medidas a serem tomadas, mas claramente há necessidade, sim, de mais recursos — disse.

Atualmente, informou Wellington, o governo federal investe R\$ 90 bilhões na saúde. Para alcançar os 8% do PIB, teria que investir algo entre R\$ 45 bilhões e R\$ 60 bilhões a mais.

Humberto anuncia início de ciclo de audiências

Humberto Costa (PT-PE) anunciou ontem em Plenário que a comissão temporária criada para propor soluções para o financiamento da saúde realizará hoje a primeira de uma série de audiências públicas.

Representantes do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde estarão no primeiro debate, quando irão tratar do financiamento público para a área. O senador afirmou que, mais do que somente indicar um percentual de acréscimo das receitas com saúde, é preciso apontar também as fontes de recursos para isso. Só assim o Senado escaparia de uma “proposta demagógica” para contribuir, de fato, para a melhoria da saúde no país.



Waldemar Barreto/Agência Senado

Vai à Câmara texto que pune policial omissivo ante violência contra mulher

O policial que não adotar medidas legais para a proteção da mulher em situação de violência doméstica poderá ser punido com detenção de seis meses a dois anos, se da omissão resultar lesão corporal ou morte. O PLS 14/2010, que altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), foi aprovado de forma terminativa, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e poderá ser encaminhado à Câmara dos Deputados.

Na justificativa do projeto, em 2010, a então senadora Rosalba Ciarlini lamentou os casos em que a autoridade policial não adota providências previstas na lei para a proteção da mulher em iminência de sofrer ou que

já tenha sofrido violência doméstica, resultando em morte ou lesão da vítima.

Em parecer apresentado na CCJ, o relator, Anibal Diniz (PT-AC), propôs o arquivamento do projeto, sob o argumento de que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra a Mulher apresentará proposições “mais completas e bem estruturadas” para combater a negligência de autoridades no cumprimento da Lei Maria da Penha.

Diante da posição a favor da proposta de senadores como Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Sérgio Souza (PMDB-PR) e José Agripino (DEM-RN), Anibal reformulou o relatório e passou a defender a aprovação.

Venda de bebida a menor pode resultar em até quatro anos de prisão

A venda ou o fornecimento de bebida alcoólica e de outros produtos causadores de dependência física ou psíquica a menores de 18 anos poderá ser punida com detenção de dois a quatro anos, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto PLS 508/2011, aprovado de forma terminativa, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) para estabelecer multa de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil aplicável ao estabelecimento que fornecer bebida alcoólica a menores de 18 anos. Enquanto não pagar

a multa, o estabelecimento ficará interdito.

De autoria de Humberto Costa (PT-PE), o projeto resolve controvérsia jurídica sobre o enquadramento da infração: se contravenção ou crime. Assim, prevê a revogação de dispositivo do Decreto-Lei 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), que vinha permitindo punição mais branda para tal prática.

O relator, Benedito de Lira (PP-AL), manifestou-se pela aprovação do projeto com emenda aceita pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Internação judicial de usuário de drogas é aprovada com ressalva

Projeto de lei que prevê, entre outros pontos, a determinação judicial de internação compulsória de usuário de drogas foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os senadores acataram o substitutivo de Ana Amélia (PP-RS), com o compromisso de ampliar a discussão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) se abstiveram de votar por considerar que a proposta ainda possui pontos polêmicos. Depois de votada na CDH, a matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual receberá decisão terminativa.

Mais recursos à pesquisa de remédios para doenças raras

O Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde poderá reservar 30% dos recursos ao desenvolvimento de pesquisa de medicamentos e produtos para o tratamento de doenças raras ou negligenciadas. Projeto de lei (PLS 231/2012) de Eduardo Suplicy (PT-SP) com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na justificativa, Suplicy informou não haver interesse comercial para desenvolver medicamentos para doenças raras ou com baixa incidência. O senador ressaltou, porém, a proliferação de enfermidades como a dengue, a malária e a doença de Chagas, que afetam principalmente a população mais pobre.

Aposentados do INSS poderão voltar à atividade

Direito de renúncia à aposentadoria será estendido aos trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social. Projeto vai à Câmara

O PROJETO DE lei de Paulo Paim (PT-RS) que permite a renúncia da aposentadoria, para recálculo do benefício, teve aprovação ratificada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria (PLS 91/2010) precisou ser votada em turno suplementar por ter sido aprovada na forma de substitutivo, apresentado por Paulo Davim (PV-RN). Aprovado em caráter terminativo,

o projeto seguirá diretamente à Câmara.

A possibilidade de desaposentadoria, como é chamado informalmente o mecanismo, já é assegurada aos servidores públicos pelo Regime Jurídico Único (Lei 8.112/1990), informou Paim. Por isso, ressaltou o autor, é necessário alterar a lei que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991) para oferecer aos trabalhadores um “tratamento mais igualitário”. Há milhares de ações judiciais em andamento com o objetivo de ver reconhecido o direito à desaposentadoria.

De acordo com o substitutivo

ao projeto de lei do Senado, o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social por tempo de contribuição, idade ou aposentadoria especial, poderá renunciar ao benefício, a qualquer tempo e voltar à atividade.

Ainda de acordo com o texto aprovado, é assegurada a contagem do tempo de contribuição e recálculo do benefício para uma nova aposentadoria. Pelo substitutivo de Davim, ao renunciar à aposentadoria, não é exigida a devolução dos valores recebidos, já que, conforme explicou o relator, o segurado contribuiu e fez jus aos proventos recebidos.



Moka (E) preside reunião da CAS que confirmou a desaposentadoria

Comissão vai propor plano de carreira para embaixadas



Funcionários locais de representações brasileiras, que hoje são contratados conforme as leis do país onde trabalham, podem ganhar um plano de carreira. A apresentação de projeto para evitar insegurança foi decidida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), seguindo proposta da Associação dos Funcionários Locais no Exterior (Aflex).

No relatório a favor da proposta, Paulo Paim (PT-RS) explica que a associação propõe os mesmos direitos garantidos aos trabalhadores no Brasil. A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), citou encontro em que funcionários de embaixadas relataram problemas por falta de legislação única e respeito às garantias trabalhistas.

O texto prevê o ingresso na carreira por processo seletivo público e a possibilidade de inscrição no sistema previdenciário brasileiro.

Ministro será convidado a discutir situação de indígenas

A CDH aprovou ainda requerimento de Ana Rita (PT-ES) para realização de audiência com o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, a fim de discutir a situação das comunidades indígenas. O debate será no dia 18, como parte das comemorações do Dia Nacional do Índio, celebrado no dia 19. A comissão também realizará audiência sobre conflitos agrários e impunidade no campo, na quarta-feira. Foi aprovado ainda requerimento de Magno Malta (PR-ES) para convidar o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d'Ávila, a discutir, em conjunto com a comissão que debate a reforma do Código Penal, decisão do órgão em defesa da interrupção da gravidez até a 12ª semana.

A CDH aprovou também requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para audiência, em data a ser definida, sobre projeto de acessibilidade do Ministério das Cidades. E, por sugestão de João Capiberibe (PSB-AP), a comissão promoverá audiência sobre a titulação, em Lábrea (AM), de lotes do Programa Terra Legal.



Ana Amélia conduz audiência com representantes de clubes e de atletas

Exigência de seguro para jogadores e técnicos de futebol

A viabilidade do projeto que exige comprovação de contratação de seguro para jogadores e treinadores de futebol participem das competições oficiais foi questionada por participantes de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem. Um dos obstáculos ao PLS 531/2011 seria a dificuldade de encontrar empresas dispostas a oferecer o seguro e a arcar com os altos custos.

— Tem que existir corretora habilitada — opinou o presidente da Liga de Clubes de Futebol do Nordeste, Alexi Portela Júnior, que comanda o Vitória, da Bahia.

Ele é contra a inclusão de treinadores na exigência de seguro, pois seria mais um custo para os clubes.

O consultor jurídico da Federação Nacional dos

Atletas de Futebol, Eduardo Novaes, se disse preocupado com a situação dos atletas amadores.

O autor do projeto, Zeze Perrella (PDT-MG), esclareceu que o artigo 45 da Lei Pelé (Lei 9.615/98) já exige que os clubes façam seguro. O PLS 531 apenas obriga a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a exigir uma comprovação para que os segurados possam disputar uma competição.

O senador garantiu que há no Brasil empresas que oferecem apólices para jogadores e atletas. “A contratação do serviço custaria cerca de 10% a mais na folha dos times, mas evitaria prejuízos posteriores com ações judiciais”, afirmou.

O relator, Anibal Diniz (PT-AC), disse que estudará melhor o projeto.

Couto elogia deputado por CPI do Futebol no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) parabenizou o deputado estadual do Pará, Alfredo Costa (PT), pela iniciativa de propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para investigar a Federação de Futebol do Pará.

— Quando se combate a corrupção, temos de deixar os interesses partidários de lado — disse o senador, que elogiou “a altivez” do deputado em pronunciamento ontem.



Couto voltou a afirmar que “existe uma corrupção desenfreada na federação, molestando e danificando o esporte”. O senador disse que a rodada do campeonato estadual foi suspensa para chamar a atenção da população para o problema, mas acrescentou que os torcedores podem ficar tranquilos, pois o certame chegará ao final.

— Vou continuar minha árdua luta contra a corrupção no Brasil e no estado do Pará — concluiu.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Casildo Maldaner cobra revisão e atualização das leis brasileiras



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em pronunciamento ontem, Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou a imediata atualização do arcabouço legislativo brasileiro, ao apontar

algumas “incongruências que chegam a ser cômicas” que ainda se encontram em vigor no país.

O senador estimou que haja em vigor mais de 180 mil diplomas legais, que constituem um emaranhado sem fim e que, em vez de facilitar a vida e a organização social, por vezes contribuem para uma “grande confusão”.

Casildo disse que os parlamentares precisam fazer um mea culpa, visto que, apesar dos esforços, o rito legislativo não tem conseguido dar resposta que faça frente às mudanças sociais e aos avanços tecnológicos.

— As leis caem em desuso, perdem a eficácia, geram um enorme lixo. É preciso desburocratizar, limpar, atualizar. O processo legislativo guarda peculiaridades e deve ser conduzido com parcimônia. Suas decisões afetam todos os brasileiros — concluiu.

Sérgio Souza rebate críticas de Barbosa à criação de tribunais



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sérgio Souza (PMDB-PR) rebateu em Plenário na terça crítica do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim

Barbosa, sobre a decisão do Congresso de criar quatro tribunais regionais federais.

Souza disse que Barbosa cometeu um equívoco quando estimou em R\$ 8 bilhões o custo anual dos quatro novos tribunais. Segundo ele, uma estimativa adequada para o custo de cada um dos novos tribunais seria de R\$ 100 milhões por ano.

O senador lamentou a postura do presidente do STF de tornar pública a discordância com relação à decisão do Congresso. Para ele, o episódio é indício de falta de harmonia entre os Poderes no Brasil.

— Rogo para que os demais Poderes respeitem a decisão do Congresso e que, na sua instância, possam analisar depois os questionamentos que poderão chegar de forma democrática, harmônica — afirmou.

Comissão aprova juiz para Conselho Nacional do MP

Indicação de Alexandre Berzosa Saliba segue em regime de urgência para votação no Plenário. Ele defende o poder investigativo do Ministério Público, mas ressalta direitos de indiciado em inquérito

O JUIZ FEDERAL Alexandre Berzosa Saliba foi ontem aprovado para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por 11 votos a favor e 1 contra, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A indicação deverá ser votada em regime de urgência pelo Plenário.

Ao mesmo tempo em que concorda com a manutenção do poder investigativo do Ministério Público, Saliba ponderou, em sabatina na CCJ, que a ação deve ser fundamentada, ter duração certa e garantir os direitos do indiciado no inquérito. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011 ameaça o poder de investigação criminal do MP.

Provocado por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), Saliba se disse contrário à divulgação antecipada do processo investigativo por membros do MP. Segundo ele, é possível informar sobre casos investigados de forma objetiva, sem tecer considerações sobre os desdobramentos.



Germão Maggela/Agência Senado

Saliba fala na Comissão de Constituição e Justiça, ao lado de Anibal Diniz

— Isso pode gerar situações constrangedoras e dano irreparável à honra se o acusado for absolvido — afirmou.

O juiz apoiou as impressões de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) sobre a necessidade de um código de ética para impor limites à atuação dos integrantes do MP.

— Membros do MP devem agir com veemência e garra, mas com responsabilidade.

Ivo Cassol (PP-RO) se disse “cobaia” de um membro do MP em Rondônia, que o acionou judicialmente por suposto envolvimento com

desmatamento em áreas indígenas no estado.

— Eu só busco justiça, e o Conselho Nacional do MP vem ao encontro de cobrar essa responsabilidade — declarou Cassol.

Ana Rita (PT-ES) saudou a indicação de Saliba, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou o juiz por contribuir para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pois Saliba contratou um estudante de Direito que tem deficiência visual para trabalhar na assessoria dele.

Vanessa quer mais defensores públicos

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a autonomia das defensorias públicas e a valorização do trabalho dos defensores, que ainda são em número menor do que o necessário para atender as demandas de toda a população impossibilitada de pagar por advogados.

Vanessa citou o diagnóstico



Waldemir Barreto/Agência Senado

da situação da defensoria pública no Brasil publicado anteontem pelo **Jornal do Senado** (leia a reportagem em <http://bit.ly/cidadaniaDefensoria>). Ela destacou que, enquanto o

país tem 12 mil magistrados e 10 mil membros do Ministério Público, há apenas 5 mil defensores.

— Aproximadamente 72% das comarcas brasileiras não contam com a presença de defensores públicos. O déficit ultrapassa a casa de 10.500 profissionais e há mais de 3.400 vagas de defensores públicos criadas e não ocupadas — disse.

De acordo com os dados produzidos por Vanessa, Goiás e Amapá não têm defensores públicos.

Projeto para reembolsar passagem cancelada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o direito do passageiro à restituição da quantia paga por passagem aérea cancelada dentro do prazo de validade do bilhete. Os únicos descontos admitidos pelo projeto (PLS 757/2011) são taxas de serviço correspondentes a 5% (para os pedidos de cancelamento feitos com antecedência mínima de cinco dias da data do embarque) e 10% (nos demais casos).

O autor do projeto, Pedro Taques (PDT-MT), diz que o tema foi regulamentado por

uma portaria do Comando da Aeronáutica que limita o desconto, em caso de reembolso, a 10% do valor pago. O problema, segundo Taques, é que a portaria trata como exceção os bilhetes adquiridos em tarifa promocional, “que constituem a imensa maioria das passagens efetivamente vendidas no país”.

Como as companhias aéreas têm adotado práticas comerciais “que não se coadunam com o princípio da razoabilidade”, como a cobrança de multas que alcançam 80% do valor das passagens, os casos acabam

indo para a Justiça. O senador argumenta que a regulação da matéria em norma legal evitará o desgaste que uma ação judicial causa ao consumidor.

Em relatório favorável ao projeto, Sérgio Petecão (PSD-AC) afirma que tem sido abusivo o comportamento das operadoras de transporte aéreo em relação aos critérios adotados para o reembolso dos bilhetes.

Medida semelhante, prevista no PLS 24/2012, de Ana Amélia (PP-RS), foi aprovada pelo Senado no ano passado e está na Câmara.

Alvaro pede rejeição de PEC que limita poder do Ministério Público

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou apoio à campanha Brasil contra a Impunidade, lançada pelo Ministério Público para pedir a rejeição,



Waldemir Barreto/Agência Senado

pelo Congresso, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, que retira da entidade a prerrogativa da investigação criminal.

Na avaliação do parlamentar, retirar do Ministério Público o poder de investigar crimes levaria certamente ao aumento da impunidade no país, especialmente com relação aos crimes contra a administração pública.

— É evidente que a aprovação de uma proposta como essa seria a festa para mensaleiros, sanguessugas, gafanhotos e, certamente, todas as estirpes de marginais e bandidos que perambulam por este país, assaltando os cofres públicos — disse.

Para Alvaro, a luta pela derrubada da PEC 37/2011 é tarefa de sociedade brasileira organizada representada por cidadãos de bem que lutam pela ética e pelo estado democrático de direito.

Kátia Abreu protesta contra insegurança jurídica no campo

Kátia Abreu (PSD-TO) lamentou ontem a insegurança jurídica que os produtores rurais brasileiros enfrentam atualmente. Ela



Waldemir Barreto/Agência Senado

criticou decisão da Justiça de Minas Gerais que anulou a reintegração de posse de uma fazenda da Cutrale invadida recentemente por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A senadora afirmou que a vontade de ter um pedaço de terra é legítima, mas ponderou que a realização do desejo de uma pessoa não pode se sobrepor ao desejo alheio. Ela assinalou que existem muitas terras no país e, portanto, não há necessidade de invasão de fazendas produtivas.

— Imagine se fosse a sua casa invadida pelo quintal, se o seu apartamento tivesse a sala invadida, se a sua loja fosse invadida, se a sua pequena oficina fosse invadida. Como é que você se sentiria? Não é diferente com quem está no campo — disse.

Especialistas apoiam projeto sobre inspeções periódicas em edifícios

Para representantes de órgãos ligados a engenharia, arquitetura, construção civil e condomínios, uma lei poderá reforçar as normas em vigor

A PROPOSTA QUE determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificações (Lite) recebeu o apoio de todos os participantes de audiência que debateu o assunto ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), presidida por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Para os debatedores, caso o PLS 491/2011 se torne lei, o cumprimento de inspeções já previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ganhará mais peso.

Embora já esteja com o parecer concluído, o relator do projeto, Zeze Perrella (PDT-MG), disse que concederá prazo de 15 dias para receber sugestões dos especialistas.

O representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Carlos Alberto Borges, sugeriu que o projeto faça referência à norma NBR 5674, da qual constam explicações de como fazer a gestão da manutenção preventiva e corretiva. Borges



Debatedores que participaram da audiência, coordenada por Valadares (C), poderão enviar sugestões à proposta em análise

ressaltou ainda a existência de outras normas que trazem a obrigatoriedade de revisão periódica dos edifícios, como o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e o auto de vistoria de segurança. Segundo o especialista, 95% dos problemas estruturais são detectáveis com uma inspeção visual, como destacamentos, infiltrações, fissuras, trincas, deformações.

— O concreto avisa quando tem problema, é visível a olho nu, e nossa cultura no Brasil é de construções em concreto

armado — exemplificou.

Para o presidente do Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis no Rio Grande do Sul, Moacyr Schukster, alguns prazos propostos no texto substitutivo ao projeto, elaborado pelo relator, ficaram muito apertados, inviabilizando a manutenção.

— No edifício com mais de 50 anos, vai ter que, a cada ano, fazer um laudo. Eu acho que a cada dois anos está de

bom tamanho — opinou.

O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), Haroldo Queiroz, alertou para os perigos das pequenas reformas dentro de edifícios, que são difíceis de verificar, mas “podem levar ao colapso uma edificação”. Esse foi, segundo ele, o motivo do desabamento de três prédios próximos ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro, no ano passado. Ele enfatizou a necessidade de manutenções periódicas.

Ana Amélia teme altos encargos com vistoria para as prefeituras

A questão dos custos para as prefeituras na realização das inspeções foi levantada por Ana Amélia (PP-RS). A senadora mostrou preocupação com o excesso de encargos para os municípios, enquanto não houver uma nova repartição dos recursos do pacto federativo.

Zeze Perrella disse buscar em seu relatório uma solução ao mesmo tempo segura e

economicamente viável.

O presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), José Tadeu, disse que o custo de uma vistoria é alto para o proprietário do edifício, mas insignificante diante de outros encargos que paga. Ele ressaltou a necessidade do gasto, já que algumas possibilidades de acidente só são detectáveis por técnicos.

Prevenção de incêndios deve ser feita a partir do primeiro ano

Segundo o diretor-geral do Instituto Sprinkler Brasil, Marcelo Olivieri de Lima, a prevenção de incêndios deve seguir uma orientação de prazos para inspeções diferentes dos aplicados à prevenção de colapso de estruturas. Segundo ele, esse tipo de inspeção precisa ser feito a partir do primeiro ano da edificação.

Lima também afirmou que

a maioria dos sistemas de proteção contra incêndio, especialmente nas grandes capitais, não está em condições de funcionamento, porque não existe nenhuma obrigatoriedade de inspeção.

— No caso da boate Kiss, em Santa Maria [RS], um dos grandes problemas foi a falta de funcionamento de equipamentos básicos — lembrou.

Alagoas passa por caos na segurança pública, alerta Collor

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou ontem, em discurso em Plenário, que as “mazelas administrativas” do atual governo de Alagoas continuam prejudicando o andamento de áreas e serviços públicos essenciais para a população alagoana.

Atualmente, de acordo com Collor, uma das áreas mais prejudicadas pelo descaso governamental é a segurança pública, mesmo com o apoio do Programa Brasil Mais Seguro, do governo federal. O senador afirmou que o número de homicídios voltou a crescer em Alagoas, enquanto outros estados que também receberam recursos do programa viram a violência diminuir significativamente.

Santoro elogia plano de logística para a Amazônia



Sodrê Santoro (PTB-RR) elogiou ontem o Plano Brasil de Infraestrutura Logística (PBLLog) para o desenvolvimento da Amazônia, lançado pelo Conselho Federal de Administração.

O senador enumerou diversas soluções apresentadas pelo PBLLog para que os custos logísticos sejam minimizados na Amazônia — entre elas, a ampliação do Aeroporto de Santarém (PA) para o sistema de carga, ampliação da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, e conclusão da BR-080, que promoveria a ligação direta entre Manaus e Brasília.

Suplicy destaca proposta de parceria entre Lula e Bono Vox



Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou ontem, em Plenário, a visita do ex-presidente Lula à Inglaterra nesta semana. O senador

destacou o encontro de Lula com o cantor e ativista irlandês Bono Vox, que sugeriu transformar o Bolsa Família em um programa mundial para a erradicação da pobreza e da fome.

— Ele propôs juntar-se ao ex-presidente nesse grande projeto. A ideia seria reunir os esforços da organização não governamental de Bono Vox, ONE, e do Instituto Lula — explicou Suplicy.

Wellington Dias pede apoio para apicultura do semiárido do Piauí



O senador Wellington Dias (PT-PI) registrou em Plenário, na terça, a visita que fez no último fim de semana a municípios do semiárido piauiense.

Wellington destacou um encontro com os apicultores da região, que também foram afetados pela seca e sofreram queda na produção de mel. O senador explicou que o principal problema do setor foi a judicialização dos débitos de financiamentos. Assim, a renegociação das dívidas antigas anunciada pela presidente Dilma Rousseff foi comemorada pelos produtores, relatou.

Ferraço transmite comando na Comissão Mista de Inteligência

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que presidiu a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) durante o ano de 2012, passou ontem o comando do colegiado ao deputado Nelson Pellegrino (PT-BA). Os presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso se alternam anualmente na presidência da CCAI.

Colocando-se à disposição do novo presidente da CCAI, Ferraço ressaltou a importância da atividade de inteligência. Um tema importante para a discussão neste ano, disse, poderia ser comparar os sistemas de inteligência de vários países desenvolvidos com o do Brasil.

A comissão aprovou um convite ao general José Elito, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, para prestar esclarecimentos sobre atividade de vigilância de sindicalistas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), noticiada recentemente pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Avança MP que prorrogou contratos de Censipan e FNDE

A Medida Provisória (MP) 602/2012 foi aprovada ontem pela comissão mista encarregada de analisá-la, sob presidência



do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O texto, que prorrogou até 30 de junho de 2013 contratos do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipan) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ainda será votado pela Câmara e pelo Senado.

No Censipan, a prorrogação procurou evitar a perda de recursos humanos com experiência e especialização. Vai permitir a renovação da contratação temporária de pessoal, favorecendo coordenações gerais e centros regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. No FNDE, serão prorrogados 60 contratos de pessoal até que seja possível substituí-los por servidores aprovados em concurso. A prorrogação não aumenta despesas, pois os contratos temporários já existem.